

O sertão na formação socioeconômica brasileira¹

The Sertão in the Brazilian Socioeconomic Formation

Erivaldo Fagundes Neves^a

RESUMO: Este texto, que sintetiza discussões anteriores promovidas pelo autor em livros e periódicos científicos, enfatiza como o sertão esteve/está presente na formação socioeconômica brasileira. Estendeu-se, gradativamente, o conceito de sertão para vasta área do interior brasileiro, como expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, numa equiparação à ideia de região, exposta como espacialidade destacada, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais de vida humana, recursos ambientais, espécies produzidas, bens comercializados, origens étnicas, manifestações culturais. Tanto na condição de categoria geográfica quanto nas perspectivas socioantropológica e histórico-econômica, a categoria sertão revela polissemia, e como fator cultural, se impõe pelos antecedentes econômicos, sociológicos e antropológicos, que expressam evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos, construídos ao longo da sua experiência histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão. Sertões. Brasil.

ABSTRACT: This piece of writing, which synthesizes previous discussions promoted by the author in books and scientific journals, emphasizes how the sertão was/is present in the Brazilian socioeconomic formation. Gradually, this concept was extended to a vast area of the Brazilian countryside, as an expression of geographical, social, economic and cultural plurality, in an equivalence with the idea of region, exposed as a prominent space, characterized by social and labor relations, material conditions for human life, environmental resources, species produced, traded goods, ethnic origins, cultural manifestations. Both in the condition of a geographical category and in social-anthropological and historical-economic perspectives, the sertão category reveals polysemy and, as a cultural factor, stands established by its economic, sociological and anthropological background, which expresses evocation of images, feelings, reasoning and meanings, built throughout its historical experience..

KEY-WORDS: Sertão. Sertões. Brazil.

A constituição e o desenvolvimento de grupos humanos em determinadas localidades, configuram construções de comunidades conscientes da integração e do pertencimento àquele território, com identidades internas e vinculações exteriores, que extrapolam as circunscrições projetadas por governantes, técnicos e estudiosos, e incorporam fatores históricos de natureza social, econômica, política e cultural. Em tais circunstâncias, define-se a historicidade das atividades cotidianas dos grupos sociais pelos lugares e tempos das suas ocorrências.

^a Doutor em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). ✉ erivaldo@uefs.br.

A noção de espaço implica na compreensão das relações sociais, tanto conflituosas quanto consensuais nele desenvolvidas e permite entender os modos de vida com todos os encontros e desencontros e as diversas formas que lhe interpretam. A construção de uma espacialidade pela ação comunitária, em médio ou longo prazo envolve, portanto, articulações sociais de interação e de complementaridade; de identidade cultural, tanto de sentimento, quanto de pertencimento; de especificidade política nas representações e instituições; e de conexões entre as diferentes escalas da organização social, desde as famílias às classes sociais, e de intercâmbios exteriores. Através do estudo da evolução familiar reconstituem-se articulações comunitárias no tempo e no espaço, com as suas inserções nas histórias locais, regionais e nacionais, conforme a extensão das suas representatividades.

Nessas circunstâncias, para a história é imprescindível que o espaço tenha representação social, seja definido por um exercício de poder sobre a comunidade nele estabelecida e se caracterize por vínculos culturais, de consanguinidade, de vizinhança, de interação e de interação.

Por conseguinte, um território constitui um espaço geográfico demarcado, e de modo mais amplo, a ideia de região fundamenta-se em um espaço delimitado, de projeção temporal e perspectiva social, conexas à noção de sistema e de relações entre grupos humanos interação interna e articulação externa. Região significa, pois, a dimensão empírica do espaço físico de uma unidade de análise territorial no plano teórico da organização social. Dessa acepção surgiu a categoria região como um subsistema nacional, do qual originou o conceito de desequilíbrios regionais, objeto da ação proposta por Celso Furtado, através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, como instrumento de planejamento da SUDENE (SILVEIRA, 1990, p. 17-42). O planejamento governamental incorporou o conceito de sustentabilidade numa acepção que alcança as dimensões econômica, social e política das evoluções regionais. Essa ação governamental definiu o desenvolvimento regional sustentável, como um processo economicamente eficiente, socialmente justo,

ambientalmente responsável e politicamente participativo, que exige um enquadramento espaço-temporal em evolução de longo prazo e se operacionaliza nas dimensões inter e intra-regionais, através da continuidade e permanência das ações; das preocupação com as reservas de recursos naturais; e da solidariedade entre as gerações atuais e futuras em diferentes amplitudes espaciais (BAHIA, 1995). Nesta ambiguidade conceitual, o desenvolvimento regional sustentável tanto pode instrumentalizar o reconhecimento e descrição dos vínculos entre degradação ambiental, iniquidade social e o atual modelo de desenvolvimento brasileiro, quanto propor possíveis soluções ou mudanças específicas nos padrões de produção, na tecnologia, nos modelos de gestão, no desempenho das políticas sociais, e em outros fenômenos socioeconômicos (FELDMANN; BERNARDO, 1994).

O impreciso conceito de *região*, pela debilidade dos seus limites espaciais, não expressa nem significa um sistema de relações explícitas. Define-se uma região do mesmo modo que uma localidade, em relação aos seus componentes de tempo, espaço, etnia, cultura, atividade econômica e, conseqüentemente, os elementos históricos da sua caracterização não correspondem aos de outro recorte regional (GERBARA, 1987, p. 13-22). Como uma fração mais ampla da espacialidade historicamente construída por uma multiplicidade de fatores, uma região resulta sempre da interveniência das redes de poderes econômicos, políticos, militares, eclesiásticos ou de segmentos sociais. Nesta perspectiva, o entendimento de região como parte ou parcela, reflete a noção de totalidade histórica, com os fatores geográficos, econômicos, políticos, sociais e culturais, aos quais se associa e, deste modo, depende do universo tomado como referência de espaço e dos fatores intervenientes na sua definição.

A categoria *sertão* constitui, portanto, uma região específica, que comporta sentidos históricos, geográficos, econômicos, sociológicos, antropológicos e de outros campos do conhecimento. Nesta profusão de sentidos, *sertão*, do mesmo modo que *região*, configura um recorte espacial socialmente construído, revelar uma diversidade de características específicas dos viveres e saberes nele exercitados, e se constitui um resultado da ação humana que contém facetas

comuns a espaços de outras comunidades e deve ser avaliado nas peculiaridades das suas relações de alteridade intergrupar para se identificarem semelhanças e diferenças. Nestas circunstâncias, a delimitação de um espaço, regional ou local, pressupõe a identidade dos poderes nele exercidos, das manifestações que exprimem a sua dimensão e dos registros ou memórias que expressam as reações do grupo social a ele submetido (MATTOSO, 1997, p. 169-194), enfim, das tradições nele imaginadas, sentidas e urdidas por um grupo social específico.

Do mesmo modo que outras possibilidades metodológicas da pesquisa histórica, a da *história regional e local* apresenta deficiências e méritos. Acusam-na de fragmentar a realidade histórica com o enfoque de recortes espaciais e de instrumentalizar a exacerbação nacionalista. Entretanto, constitui-se uma alternativa de análise, que identifica diferenças, possibilita abordagens específicas e particulares do cotidiano comunitário e articula o individual ao social (AMADO, 1990, p. 7-15). Estes são fatores fundamentais dos estudos comparados e de outros recursos metodológicos que possibilitam abranger dimensões não alcançadas pelos enfoques sistêmicos ou de grandes abordagens que procuram identificar semelhanças na totalidade histórica do nacional e do universal. A *nouvelle histoire* estilhaçou a História e os recursos da *história regional e local* surgiram como uma tentativa de se articularem os fragmentos históricos.

A outra perspectiva de regionalização, a categoria específica sertão traduz, do mesmo modo, amplos sentidos em todas as dimensões da interação socioeconômica. As manifestações culturais sertanejas destacam-se entre as mais expressivas da cultura nacional, sobretudo, literárias, musicais e cênicas, e o sertão desperta interesses de estudiosos dos diversos campos do conhecimento. Essa intensa representação regionalista, com diversidade de sentidos, fora produto do romantismo e resultara de três condicionantes do seu entendimento: as alteridades metrópole e colônia, urbano e rural, passado e presente (CRISTÓVÃO, 1993-1994). Estas múltiplas leituras do século XIX chegaram ao XXI com mais vigor literário e maior alcance historiográfico.

Deve-se a difusão da densidade cultural sertaneja a fatores como: o mito colonial do eldorado, no qual facilmente se enriqueceria em minas de metais raros e pedras preciosas; a liberdade e a fartura que as fazendas de gado proporcionariam; o culto à resistência dos combatentes do Sertão de Canudos (1896-1897), com os redimensionamentos de Euclides da Cunha (1998[1902]) e de tudo que se desdobrou da sua obra, principal referente dos estudos históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos e literários sobre o sertão; as canções de Luiz Gonzaga, seus parceiros e continuadores, de ampla repercussão social; a intensidade imagética e potencialidade do sertão como fonte de inspiração de canceiros, poetas, literatos, teatrólogos e cineastas.

Os ritmos africanos, que exercem fortes influências sobre a musicalidade nordestina, em maior intensidade da Bahia e do Maranhão, têm um sentido étnico, que os vincula à história de um grupo social e outro mágico, que supõe um poder de se comunicar com entidades sobrenaturais. Estabelecem uma relação indissociável entre a música, o agente humano e a cultura, com um significado de ação. Não se pensa a música isoladamente, como a religião, a magia, a festa, a comida (PEREIRA, 2011, p. 85-123).

A historiografia sobre o sertão surgiu no século XVIII com a história do movimento bandeirante, através dos estudos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) que transcreviam as fontes das suas pesquisas e exaltavam a figura dos paulistas aventureiros, caçadores de índios para a escravidão. Nas três primeiras décadas do século XX, destacaram-se Afonso Taunay (1876-1958), Alfredo Ellis Júnior (1896-1974) e José de Alcântara Machado (1875-1941), que atribuíram aos paulistas a responsabilidade da expansão das fronteiras nacionais e descobertas das minas (OLIVEIRA, 1998). Estas ideias fundamentaram a construção da hegemonia cultural paulista, quanto São Paulo assumia supremacia econômica nacional. Entretanto, a nova historiografia da colonização reconhece a conquista e a ocupação dos territórios, desde Minas Gerais ao Ceará (CARRARA, 2007; SANTOS, 2013; SANTOS, 2017; CONCEIÇÃO, 2018), como ação de baianos. A antiga historiografia projetava as cidades como

modernas, progressistas, representantes de valores novos, ambiente no qual se praticaria a atividade política com democracia, através do convencimento e do uso da razão, da liberdade de expressão e de opção, enfim, um espaço de vivência e atuação de cidadãos livres e conscientes. E numa oposição dialética, no sertão se viveria em arcaicas circunstâncias sociais e se praticaria uma política clientelista, sob o controle de plenipotenciários coronéis, que agiriam com simulacro de representação eleitoral e violência generalizada (ARRUDA, 2000, p. 13-40). Ignorava que os poderes urbanos dos bacharéis emanavam da ação política de coronéis dos sertões, numa simbiose sociocultural e político-econômico.

Na segunda metade do século XX delinearam-se uma perspectiva estritamente econômica de sertão, com destaque da mineração e da pecuária como fatores primordiais da ocupação colonizadora do semiárido e, secundariamente, as policulturas agrícolas de cereais, algodão e outras pequenas lavouras, complementares das monoculturas exportadoras litorâneas. A evolução dos meios de transportes e a modernização das técnicas agrícolas estenderam as atividades monocultoras para o semiárido e incorporaram novos métodos à pecuária. A melhoria genética dos rebanhos e o cultivo de novas espécies forrageiras elevaram a produtividade e inauguraram outra etapa de desenvolvimento, caracterizada pelo domínio do agronegócio e das bolsas de valores. Nesse devir histórico, os centros urbanos e os sertões configurariam espaços simbólicos, explicativos da dualidade social brasileira apresentada pela historiografia e pela literatura, através da dialética do progresso e do atraso, do moderno e do arcaico. De um lado, o sertão cenário de conflitos sociais, impulsionados pelas atividades de bandoleiros, coronéis da Guarda Nacional, pregadores messiânicos, lideranças comunitárias ou movimentos sociais rurais em luta pela posse da terra; de outro lado, o sertão como referente de expressões artísticas e de manifestações culturais que se afirmaram como patrimônios nacionais.

Estendeu-se o conceito de sertão para vasta área do interior brasileiro, como expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, numa equiparação à ideia de região, exposta como espacialidade destacada, caracterizada

pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais de vida humana, recursos ambientais, espécies produzidas, bens comercializados, origens étnicas, manifestações culturais. Tanto na condição de categoria geográfica quanto nas perspectivas socioantropológica e histórico-econômica, a categoria sertão revela polissemia, e como fator cultural, se impõe pelos antecedentes econômicos, sociológicos e antropológicos, que expressam evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos, construídos ao longo da sua experiência histórica.

Referências

- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 7-15.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000, p. 13-40.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Modelo teórico-metodológico; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. **Cadernos CAR**. Salvador, (V): 1-31, nov., 1995.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJR, 2007, 363p.
- CONCEIÇÃO, Héli da Santos. **O sertão e o Império**: as vilas auríferas da capitania da Bahia. 1700-1750, 2018. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 422 p.
- CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (a divina comédia do sertão). **Revista USP**. São Paulo, (XX): 43-53, dez., 1993 – fev., 1994.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Ed. crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998 [1902].
- FELDMANN, Fábio; BERNARDO, Maristela. Desenvolvimento sustentável no Brasil (as pedras no caminho do possível). **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília (IPEA), (XI): 143-165, jun./dez., 1994.

GERBARA, Ademir. A importância dos estudos regionais para as Ciências Sociais. In: GERBARA, Ademir [e outros]. **História Regional: uma discussão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987, p. 13-22.

MATTOSO, José. A história regional e local. In: MATTOSO, José. **A escrita da história: teoria e métodos**. Lisboa: Estampa, 1997, p. 169-194.

NEVES, E. F. Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais. **Anais do Encontro Os Sertões; Espaços, Tempos, Movimentos**. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 21 a 24 nov., 2006.

NEVES, E. F. História e Região: Tópicos de História Regional. **Ponta de Lança: História, Memória & Cultura [recurso eletrônico]**. São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 25-36, abr. - out., 2007b.

NEVES, E. F. **História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NEVES, E. F. Introdução. In: NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Org.). **Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007a, p. 9-24.

NEVES, E. F. O Mar Virou Sertão: a Alteridade Sertaneja na Perspectiva Histórico-Cultural; **Anais da II Feira do Semiárido: Desenvolvimento Territorial Sustentável; Desafios e Perspectivas**. Feira de Santana: UEFS, 2004.

NEVES, E. F. Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Cultural. **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES, E. F. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI-XIX**. [Versão para o inglês: Chris Hieatt]. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio, 2012, p. 15-57.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, (V, Suplemento): 195-215, jul., 1998.

PEREIRA, Niomar de Souza. Música étnica africana: uma linguagem de vida. In: SEVERINO, Francisca Eleodora Santos & LIMA, Sônia Regina Albano de (Orgs.). **Mosaicos: arte, cultura e educação**. São Paulo: Todas as Musas, 2011, p. 85-123.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão Baiano**. São Paulo: EDUSP, 2017, 432 p.

SANTOS, Raphael Freitas. **Minas com Bahia**: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista. 2013. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói. 371 p.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos da. (Coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 17-42.

Artigo recebido em 01 de maio de 2018. Aprovado em 27 de junho de 2018.

Notas

1 Este texto sintetiza conteúdos de Neves (2002; 2003; 2004; 2006; 2007a; 2007b; 2012).